



UFES

Universidade Federal do Espírito Santo

Noções Básicas de Direito

Nome: Dionatas Santos Brito

Matrícula: 2019202307

Curso: Engenharia da Computação

Turma: 01

Vitória

2022

1- Na aplicação da Lei o que o Juiz deverá atender? Comente. (Pesquisar: O art 5 ° da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro.)

Segundo o art 5 ° da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”.

Dito isso, na aplicação da lei o juiz tem o papel de interpretar a norma, essa interpretação deve buscar o alcance e o sentido daquela norma que já existe levando em conta o impacto das consequências e finalidades sociais daquela norma, ou seja, adaptar às leis às condições atuais da sociedade visando o bem comum.

2- Conceitue ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada. (Pesquisar: O art 6 ° da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro.)

Ato jurídico perfeito:

É o ato humano já consumado realizado de acordo com a lei vigente à época da sua consumação, ou seja, quando a pessoa realizou, estava dentro da lei nos termos da lei, portanto a alteração posterior não tem efeito sobre quem realizou o ato.

Direito Adquirido:

São direitos que seu titular, ou alguém por ele, possa exercer. É aquele direito que já se incorporou ao patrimônio do titular, tendo cumprido todos os requisitos legais para tal direito, uma lei nova não pode atingi- los

Coisa julgada

É o estado de inalterabilidade dos efeitos da sentença, como sendo uma autoridade que impede a modificação ou discussão de decisão de mérito da qual não cabe mais recursos.

3- Considerando que uma nova norma técnica entrou em vigor, pode o engenheiro alegar que ignora a tal norma? (Pesquisar: O art 3° da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro.)

Segundo o art 3° da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”.

Dito isso, o engenheiro não pode alegar ignorância e ser poupado de ser punido em razão de desconhecer tal norma, ou seja, o seu comportamento necessariamente possui um caráter consciente, não podendo ignorar nem as circunstâncias nem as consequências de suas ações.